



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

COMUNICADO nº 002/2012 – ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL/ DEMOGRAFIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE MULTIDISCIPLINARIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NA ÁREA

Brasília, 26 de Junho de 2012

1. Algumas observações introdutórias de orientação para a discussão

Como se vê facilmente na bibliografia sobre o tema “Interdisciplinaridade” não há nenhum consenso a seu respeito; ao contrário, como dizem alguns autores (vide p.ex. FLORIANI 2004), é objeto de constantes controvérsias.

Diferentes autores apontam diferentes significados conforme suas respectivas posturas epistemológicas ou ideológicas. Sem entrar com maior profundidade nessa discussão aqui, é interessante mencionar duas abordagens de diferentes autores que identificaram, cada uma, duas visões diferenciadas em relação à interdisciplinaridade.

Conforme Floriani (FLORIANI 2004):

a primeira delas aproxima o diálogo entre disciplinas científicas, no intuito de ampliar a explicação dos objetos de conhecimento disciplinares, como no caso da bioinformática, que reúne diversas disciplinas afins; a segunda visão sobre a construção interdisciplinar restringe-se mais ao campo da pesquisa temática, opondo-se tanto à visão das assimilações progressivas entre disciplinas, como da justaposição de umas sobre outras. Essa visão reconhece a especificidade disciplinar, mas adota uma espécie de colaboração deliberada entre os saberes disciplinares, sobre temas previamente definidos (FLORIANI, 2004, p. 144).

O próprio autor adota essa segunda versão para compreender a interdisciplinaridade em pesquisas socioambientais.

Diferentemente deste autor, Alves, Brasileiro e Brito (ALVES, BRASILEIRO e BRITO 2004) apontam como diferentes posicionamentos de base referente à interdisciplinaridade ou a filosofia do sujeito ou o marxismo dialético. Argumentam que os autores “clássicos” como Japiassú e Fazenda – como também muitos outros autores que se manifestaram a respeito dessa temática - apresentam seu raciocínio a partir de uma perspectiva idealista, vinculada à filosofia do sujeito:

Japiassú foi responsável por introduzir, no Brasil, a partir de 1976, as concepções sobre interdisciplinaridade, decorrentes do Congresso de Nice, na França, em 1969. Japiassú e Ivani Fazenda são considerados responsáveis pela veiculação do tema no Brasil, sendo o fulcro temático de Japiassú epistemológico, e o de Fazenda, pedagógico; entretanto, os dois autores têm como base de suas teses a filosofia do sujeito.

Contrários a essa visão hegemônica, Jantsch e Bianchetti elaboraram uma compreensão que parte do pressuposto que a interdisciplinaridade não pode ser concebida sem levar em



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

conta as condições sociais e materiais de uma determinada época, em particular do modo de produção vigente. A interdisciplinaridade como produto histórico precisa ser compreendida dentro exatamente do contexto e das determinações históricas.

Para os autores as concepções acima mencionadas – baseadas na filosofia do sujeito – são as históricas e, por causa dessas condições, torna-se impossível para elas encontrar aquilo que os autores chamam de “substratos para a interdisciplinaridade”.

A construção histórica de um objeto implica a constituição do objeto e a tensão entre o sujeito pensante e as condições objetivas (materialidade) para o pensamento” (pp.11-12).

O que está em pauta na discussão sobre a interdisciplinaridade não é meramente o método e a possibilidade de superar através dele a fragmentação e a especialização da Ciência. É necessário problematizar a relação entre objeto e sujeito e abandonar o “racionalismo cartesiano que afirma um sujeito (pensante) que se põe a si mesmo” (p.12). Apenas uma concepção histórica do pensamento e de seu “movimento” será capaz de dar conta da relação entre objeto e sujeito, “posto que nem objeto e nem sujeito são autônomos” (JANTSCH e BIANCHETTO, 1997).

Seria interessante comparar as duas segundas visões de Floriani, por um lado, e Jantsch e Bianchetto, por outro. Certamente, há diferenças significativas entre elas; mas, num patamar onde o contexto sócio-histórico é contemplado por ambos na definição – e não apenas a questão do “diálogo” e da “aproximação” entre disciplinas – pode haver alguma semelhança por detrás de um posicionamento apenas aparentemente conflitante.

2. A história da área de Planejamento Urbano e Regional / Demografia e a construção das suas metodologias interdisciplinares

A falta de consenso ou mesmo a disputa entre diferentes visões acerca da interdisciplinaridade atravessam, é claro, a própria área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia. Portanto, não cabe à coordenação da área “aderir” a uma dessas visões. Mas, ao mesmo momento, não dá para partir de alguma compreensão básica para o debate sobre a interdisciplinaridade da área.

Acreditamos que já deve ter ficado visível que, sem grandes adesões a vertentes e visões do mundo, na prática das discussões sobre a constituição dos cursos há uma clara referência aos processos históricos das transformações da sociedade brasileira. Essas transformações servem como referência para entender porque em determinados momentos determinados propostas de cursos são encaminhadas; propostas que não estão meramente uma expressão de uma necessidade (um tanto abstrata) de avançar no diálogo entre disciplinas, mas onde se identifica claramente uma relação entre os “objetos” das propostas com os “sujeitos” proponentes. E, neste sentido, não como resultado de uma reflexão da área, mas pela mera prática daqueles que a procuram para propor cursos de pós-graduação, a “interdisciplinaridade em planejamento e demografia” está mais próxima a uma visão histórica/dialética do que da filosofia do sujeito.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

E é por causa disto, nada melhor para descrever a interdisciplinaridade dessa área do que reler sua apresentação no Documento de Área (algumas informações lá apontadas sobre a ampliação da área são ultrapassadas o que não prejudica o debate sobre a interdisciplinaridade já contido naquele documento):

Os primeiros programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional foram criados no início da década de 1970 em Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de formar mão de obra qualificada tanto para a formulação como implementação de políticas urbanas e regionais que o então regime idealizava.

Na Área, então ainda junto com os cursos em arquitetura e urbanismo, abriu apenas um novo programa com mestrado e doutorado na década de 1980 em demografia; foi, no mesmo período, fechado o curso de Brasília e o de São Paulo ficou vinculado, mais tarde, à área de arquitetura e urbanismo. Durante a década de 1990 a Área, agora já separada da arquitetura e urbanismo, teve um significativo crescimento em termos relativos: passou de quatro programas para nove programas no início do novo milênio, neles incluídos três doutorados em planejamento urbano e regional e demografia.

Desde então, nesta primeira década do século XX, foram criados 11 mestrados acadêmicos e 4 cursos de doutorado vinculados a programas já existentes. O primeiro mestrado profissional surgiu em 2001 e ficou durante muito tempo o único da área. Apenas a partir de 2007 foram propostas esses cursos; estão em andamento, hoje, 4 cursos desse tipo.

Em síntese, no período entre 2000, quando havia 13 cursos de mestrado e doutorado na área, e 2008 houve um aumento para 32 cursos em 24 programas o que significa um aumento de quase 150% e expressa o crescente reconhecimento dos problemas urbanos e regionais que o país enfrenta.

No entanto, mais importante do que essa expansão numérica são as transformações pelas quais a Área passa em termos dos campos de atuação, temáticos, naturezas e localização dos seus cursos.

Durante as primeiras décadas, os programas e cursos das duas sub-áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia localizaram-se nas regiões mais dinâmicas do país ou mesmo em metrópoles regionais mais distantes. Estiveram voltados à demografia e ao planejamento urbano-metropolitano na sua grande maioria. E foram esses os cursos que definiram, de alguma maneira, a identidade da Área.

Apenas na virada do século esse padrão vai mudar com certa velocidade e profundidade com a abertura de cursos fora das áreas metropolitanas ou em áreas que estão mais longe dos principais centros do país. Esses cursos trazem de volta uma temática que tinha sido relegada a um segundo plano durante as décadas de 80 e 90: o desenvolvimento regional em suas diferentes facetas. São esses os cursos os principais responsáveis pela ampliação da Área nos anos mais recentes que propiciam à Área uma penetração em áreas fora das tradicionalmente servidas por cursos de pós-graduação como é o caso do interior dos três estados da região Sul, no Centro-Oeste, do interior do Nordeste e da região Norte.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

A nova composição com programas voltados para o planejamento urbano (e metropolitano), para o desenvolvimento (e gestão) regional e à demografia representa um enorme desafio de reflexão para a Área. Esse desafio não se origina apenas na diversificação de temáticas e problemáticas articuladas, mas assume uma nova qualidade na medida em que os cursos da área adotam, necessariamente, abordagens multi -, inter- ou mesmo transdisciplinares nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dependendo das particularidades de cada curso da sub-área de Planejamento Urbano e Regional observa-se interlocuções mais próximas, tendencialmente, ou com arquitetura, urbanismo, sociologia, história, ciência política e outras disciplinas das humanidades nos cursos mais voltados às realidades metropolitanas; ou com economia, administração empresarial, geografia e mesmo ciências agrárias, da saúde e outras nos cursos com uma orientação mais regional. Nas questões de gestão e análise ambiental, a colaboração das geociências é importante e destacada.

Já na sub-área de Demografia há uma destacada interlocução com determinadas áreas da medicina e saúde coletiva, da estatística e outras. Observa-se, hoje, o deslocamento da problemática do crescimento populacional que orientava em boa parte as escolhas metodológicas durante os últimos anos ou mesmo décadas para a questão do envelhecimento da população que vai exigir a elaboração de um referencial diferente.

Se há uma compreensão comum de uma “interdisciplinaridade própria” da Área essa estaria, ao nosso ver, baseada na aceitação de uma variedade de abordagens metodológicas “interdisciplinares” que não teria como sua origem uma procura explícita de ultrapassar e superar métodos disciplinares a partir de determinado objeto, mas seria resultado de um processo mútuo e interativo entre a procura e identificação de objetos e a sua articulação com métodos e técnicas que, na prática e na sua apropriação em ensino e pesquisa, vem mostrando sua potencial para dar conta da produção de conhecimento a respeito das questões que movem um curso. É isto que, talvez, possa ser chamada de uma abordagem interdisciplinar e, ao mesmo tempo, “focada” na medida em que ela articula as metodologias a partir e em torno de determinadas temáticas e problemáticas, de campos complexos inclusive de intervenção na realidade, de objetos e de sujeitos produtores de determinados “espaços sociais”.

Neste sentido, a Área entende o conjunto desses programas e cursos como um fórum privilegiado não apenas para ser “objeto” de instrumentos de avaliação – e assim fortalecimento mútuo do avanço da área -, mas também enquanto uma oportunidade de estimular e apoiar debates acadêmicos a respeito da compreensão da relação e articulação entre os três campos principais da composição da área, o planejamento urbano, o desenvolvimento regional e a demografia, e suas incorporações de conhecimento de outras áreas disciplinares.

Rainer Randolph

Coordenador da Área de Planejamento Urbano
e Regional/Demografia



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

Bibliografia:

ALVES, Railda F. ; BRASILEIRO, Maria do Carmo E. ; BRITO, Suerde M. de O.. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. *Episteme*, Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, jul./dez. 2004.

FLORIANI, D. Disciplinaridade e construção interdisciplinar do saber ambiental, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 33-37, jul./dez. 2004. Editora UFPR